

Questão 33 – Prova Verde – Página 12

Questão 33

Em 2017, Maria adquire de Eduarda um terreno inserido em área de Unidade de Conservação de Proteção Integral. Em 2018, Maria descobre, por meio de documentos e fotos antigas, que Eduarda promoveu desmatamento irregular no imóvel.

Sobre a responsabilidade civil ambiental, assinale a afirmativa correta.

- A) Maria responde civilmente pela recomposição ambiental, ainda que tenha agido de boa-fé ao adquirir o terreno.
- B) Maria não pode responder pela aplicação de multa ambiental, tendo em vista o princípio da intranscendência da pena.
- C) Eduarda não pode responder pela recomposição ambiental, mas apenas pela multa ambiental, tendo em vista a propriedade ter sido transmitida.
- D) Maria responde nas esferas administrativa, civil e penal solidariamente com Eduarda, tendo em vista o princípio da reparação integral do dano ambiental.

12

Com efeito, a questão possui em nosso entendimento, duas alternativas corretas. Com efeito, a multa ambiental é uma penalidade administrativa, e com base em uma decisão do STJ, abaixo colacionada, elas são punitivas e adotam o mesmo regime da personalidade das penas do Direito Penal, incluindo aí o princípio da intranscendência da pena.

O princípio da intranscendência da pena impede que medidas restritivas de direitos superem a dimensão estritamente pessoal do infrator atingindo terceiros.

Trata-se do comando previsto no art. 5º, XLV, da CF:

XLV - Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

Motivo este, que a questão possui duas alternativas compatíveis com as regras do ordenamento jurídico, podendo ser anulada a questão ou com dupla alternativa.

Professor Rodrigo Videres de Sena Martins – OAB/DF – 31850 – Explicando Direito